

ECONOMIA POLÍTICA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

Marc Wuyts

Este artigo tenta **periodizar** o desenvolvimento do colonialismo em Moçambique, na fase do imperialismo. A partida, entretanto, dois aspectos são de salientar. Em primeiro lugar, a análise assentará num conceito de periodização que tenta identificar as diversas fases nas lutas de classes que se desenvolveram no interior da colónia, e isto tanto no que diz respeito às transformações nas relações entre o capital e o trabalho, como no que se refere à luta entre facções de capital (i.e. competição entre capitais). Em segundo lugar, não se tenta apresentar uma detalhada análise histórica dos diversos períodos, optando-se antes por um método que consiste em adiantar algumas considerações teóricas sobre os aspectos específicos de cada período.

O desenvolvimento do colonialismo em Moçambique foi um processo **complexo** condicionado pelo facto da burguesia portuguesa nunca ter conseguido moldar a colónia **exclusivamente** em função das suas próprias necessidades de acumulação de capital. Por esta razão, o colonialismo em Moçambique não pode ser analisado apenas com referência a Portugal, enquanto potência colonizadora, tendo também de ser tomada em conta a dominação do capital imperialista (não-português)

sobre a colónia. Este último aspecto — que foi de facto o principal — manifestou-se num processo de integração da formação social moçambicana no interior do subsistema da África Austral, de que o capitalismo sul-africano constitui a base.

AS PRINCIPAIS FASES DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO MOÇAMBIQUE COLONIAL (1885 - 1973)

Antes de efectuarmos uma análise mais pormenorizada das diversas fases de desenvolvimento do Moçambique colonial, faremos uma rápida referência à periodização adoptada neste artigo e às principais características de cada período que serão desenvolvidas mais detalhadamente noutras passagens.

1885-1926: A Dominação de Capital Estrangeiro Não-Português

Este período caracterizou-se fundamentalmente pela formação de uma economia de plantações no Centro e pela transformação do Sul de Moçambique numa reserva de mão-de-obra para o capital mineiro sul-africano. Em ambos os casos o aspecto dominante foi que o capital envolvido, quer internamente quer a partir do exterior, era estrangeiro, ou seja, não-português.

1926-1960: A Fase do Nacionalismo Económico

Com o Governo fascista a burguesia portuguesa consolidou as suas posições e tentou colocar as colónias ao serviço das suas próprias necessidades de acumulação. Esta foi a fase do nacionalismo económico.

A este respeito, adiantam-se duas premissas básicas:

- 1 — Que a política do nacionalismo económico requeria a **intensificação da integração** de Moçambique no subsistema da África Austral dadas as condições objectivas em que se encontrava a burguesia portuguesa;
- 2 — Que a fase de nacionalismo económico em Moçambique consistiu no desenvolvimento de um processo de acumulação de capital

na base da extracção de mais-valia **absoluta** através da racionalização e institucionalização do sistema de **trabalho forçado**. A característica específica do colonialismo português neste período não foi a de ele ter **prosseguido** a prática do trabalho forçado, mas antes a de que, com o regime fascista, o trabalho forçado foi intensificado, racionalizado e institucionalizado num sistema que se tornou a **base** do capitalismo colonial.

1960 — (63/64) — 1973: Crise e Reestruturação do Capital

No período 1960-63/64 assistiu-se à crise da base económica do Salazarismo já que por razões externas e internas Portugal foi obrigado a abolir legalmente o sistema de trabalho forçado. Independentemente do facto da prática ter prosseguido sob formas mais ou menos disfarçadas, foram colocadas limitações muito concretas à forma específica segundo a qual a exploração capitalista poderia continuar a efectuar-se. Tais limitações resultavam essencialmente do avanço dos movimentos nacionalistas, tanto no continente africano em geral como no interior das colónias portuguesas em particular.

Mais à frente será demonstrado que esta crise resultante de **lutas políticas** provocou **transformações reais ao nível das relações sociais de produção**: i.e. necessitou de uma reestruturação de capital através da viragem de um processo de acumulação assente na mais-valia **absoluta** para um processo assente na mais-valia **relativa**. O capital — no estágio em que se encontrava — foi obrigado a **modernizar-se**.

A política de «portas-abertas» reflecte em parte esta necessidade objectiva da burguesia portuguesa, que não poderia levar a cabo este processo básico de reestruturação sem se apoiar em capital estrangeiro não-português para o fornecimento da necessária tecnologia e «know-how» técnico.

Desenvolveremos a seguir, mais pormenorizadamente, estas características básicas dos diversos períodos.

**1890 - 1926:
RESERVA DE MÃO-DE-OBRA
E ECONOMIA DE PLANTAÇÕES**

Na altura da partilha imperialista de África, Portugal pôde manter as suas colónias **não tanto devido à sua força, mas antes devido à sua fraqueza**. A ligação histórica com a Inglaterra tinha significado que a burguesia portuguesa nunca se conseguira emancipar da dominação do capital industrial inglês. Assim, numa altura em que a concentração e centralização do capital já levava à formação de capital financeiro nos países capitalistas desenvolvidos, a burguesia portuguesa ainda ensaiava os seus primeiros passos. Portugal só conservou as suas colónias porque as rivalidades interimperialistas entre a Grã-Bretanha, França e Alemanha não permitiriam que a posição de qualquer um deles saísse reforçada com a posse e controlo de mais territórios.

Contudo, isto não implicou que — no caso de Moçambique — a velha forma de exploração colonial se tenha continuado a manter: i.e. que o desenvolvimento do sistema colonial se tenha mantido basicamente mercantil na sua natureza. O atraso da burguesia portuguesa revelou-se na altura não pela continuação de formas de exploração colonial que correspondiam a uma fase anterior, mas antes, por ela ter **moldado o desenvolvimento da economia em função da expansão de capitais imperialistas situados tanto fora como no interior da colónia**. Neste processo surgiram dois padrões básicos:

- 1 — O padrão dominante que surgiu foi o de transformar a colónia num **fornecedor de mão-de-obra contratada** para as «colónias modernas» vizinhas. Isto tomou diferentes formas consoante as áreas geográficas em causa. Na região Sul foi o capital mineiro sul-africano que — através de acordos interestatais — conseguiu o monopólio do recrutamento directo de trabalho migratório ⁽¹⁾. No Centro e no Norte foi capital estrangeiro (não-português) como as Companhias Majestáticas que organizou a venda de força de trabalho para diversas colónias tais como Rodésia, Malawi (então, Niassalândia), Tanganhica, Congo Belga, etc., bem assim como para a África do Sul ⁽²⁾. Assim, a característica dominante deste

(1) Ver, *The Mozambican Miner: a study in the export of labour*, CEA, 1977.

(2) No caso da Zambézia, ver C. Serra, *A Zambézia entre 1870-1924: introdução à via colonial do capitalismo*, mimeo, 1979.

período foi esta gigantesca drenagem para o exterior de mão-de-obra moçambicana, condicionada pelo desenvolvimento capitalista das colónias vizinhas. O Estado português, bem como o capital português, assumiram uma posição que se assemelha mais à de um «arrendatário» do que à de um «empresário capitalista». Uma fonte importante dos seus rendimentos provinha de um **imposto sobre a migração** cobrado directa ou indirectamente. Indirectamente, no sentido de que, em muitos casos, o imposto por cabeça era pago na sua totalidade com dinheiro ganho no estrangeiro e portanto constituía uma forma de imposto disfarçado, sendo ao mesmo tempo um instrumento para obrigar o campesinato a vender a sua força de trabalho numa base de mão-de-obra contratada.

Uma segunda fonte principal deste rendimento estava também ligada à migração da mão-de-obra, consistindo no facto da venda de mão-de-obra ao complexo mineiro sul-africano ter sido condicionada pela utilização do porto de Lourenço Marques e do sistema ferroviário de ligação.

2 — Grandes partes das regiões Norte e Central de Moçambique foram **arrendadas** ao capital estrangeiro pelo Estado colonial português através da instituição de Companhias Majestáticas. Tal como referimos mais atrás, uma actividade principal destas companhias, bem assim como de outras empresas que operavam nos seus territórios, consistia na organização da venda de mão-de-obra contratada para o estrangeiro. Contudo, no vale do Zambeze, surgiu uma **economia de plantações** em resultado de investimentos efectuados por capital estrangeiro (não-português) ⁽³⁾. Esta incluía principalmente grandes herdades agro-industriais de monocultura viradas para a produção de culturas de exportação como o açúcar, o sisal e a copra. Um problema principal com que este sector de plantações se deparou foi o de prevenir uma drenagem total de mão-de-obra para o exterior a fim de poder reservar a sua própria área de fornecimento de trabalho. Por outras palavras, as plantações precisavam de **monopolizar** o acesso ao

(3) Ver C. Serra, op. cit.

fornecimento de mão-de-obra no interior do território circunvizinho. No entanto, o sector de plantações não estava muitas vezes em condições de competir economicamente com outros capitais através da oferta de salários mais elevados — nem estava muito interessado em fazê-lo. Assim, o monopólio no acesso às reservas de mão-de-obra foi conseguido através de meios **políticos**. Em 1901, por exemplo, o recrutamento de mão-de-obra para as minas sul-africanas foi restringido ao sul do paralelo 22, cláusula que foi confirmada no acordo de 1914 (4).

Assim, a forma específica como Moçambique foi integrado na divisão internacional de trabalho dominada pelo imperialismo foi condicionada pelo próprio atraso da burguesia portuguesa na altura, e manifestou-se, quanto ao seu aspecto dominante, numa emigração de força de trabalho em termos de mão-de-obra contratada, e na imigração de capital estrangeiro com o estabelecimento do sector de plantações como aspecto secundário.

1926 - 1960:

O NACIONALISMO ECONÓMICO DE SALAZAR

O estabelecimento do regime fascista em Portugal com Salazar, criou as pré-condições políticas para a consolidação da burguesia portuguesa. A este respeito, não se devem considerar os regimes fascistas e as ditaduras militares como estando necessariamente ligados a um processo económico atrasado e estagnante. Tais regimes, na medida em que constituíam obstáculos ao desenvolvimento económico «genuíno», estariam supostamente predestinados a desaparecer devido a uma suposta incapacidade que lhes seria inerente de conseguir um desenvolvimento económico real (5). No caso de Portugal, muito pelo contrário, o regime fascista permitiu que uma burguesia fraca, em aliança com a classe dos proprietários de terras, se consolidasse através de um rápido processo de concentração e centralização de capital e conseqüente rápido desenvolvimento da Indústria (em particular a indústria têxtil). Desta forma, aliar o regime fascista à estagnação e ao atraso no nível **económico** levar-nos-ia a negligenciar a **dinâmica** da

(4) Ver, *The Mozambican Miner: a study in the export of labour*, op. cit., ver o anexo sobre acordos de mão-de-obra mineira.

(5) Para uma crítica de tais versões economicistas do fascismo, ver N. Poulantzas, *A crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*, Ed. Presença 1975, p. 25.

acumulação de capital da burguesia portuguesa, e seu impacto no desenvolvimento colonial (6).

Com Salazar, portanto, este processo de consolidação da burguesia portuguesa implicou a definição de novas relações económicas entre Portugal e os seus territórios ultramarinos. Segundo Salazar, os territórios ultramarinos eram «uma solução lógica para os problemas de sobrepopulação de Portugal, para instalar cidadãos portugueses nas colónias e para que as colónias produzam matérias-primas para vender à mãe-pátria em troca de produtos manufacturados» (7). Analisemos cada um destes elementos mais pormenorizadamente:

«para que as colónias produzam matérias-primas para vender à mãe-pátria»

Isto era muito importante particularmente para o desenvolvimento da indústria têxtil em Portugal. Esta necessitava de um crescente fornecimento de algodão barato a fim de se poder situar em posição competitiva no mercado mundial. Desta forma, as colónias deveriam fornecer, a preços mais baratos do que qualquer outra fonte alternativa do mercado mundial, os abastecimentos de matéria-prima da indústria têxtil. No caso de Moçambique, no entanto, este novo papel designado para as colónias, colocava um problema crucial: nomeadamente como é que esse novo papel se relacionaria com o domínio nela já estabelecido pelo capital estrangeiro. Como se articularia o novo sistema com o velho?

No que respeita às companhias que operavam no Norte e Centro, o Estado português tomou medidas para abolir os poderes político-administrativos que estas companhias possuíam nos respectivos territórios, fazendo com que elas passassem a contar apenas com a sua base produtiva. Assim, neste campo, a actividade do capital estrangeiro ficou restringida à economia de plantações que continuou a ser o aspecto dominante da região central. Companhias como a do Niassa, cuja única actividade con-

(6) O artigo clássico de P. Anderson sobre o «Ultra-colonialismo» (New Left Rev. 1962, n.º 15, 16, 17) padece também desta ligação do fascismo com a estagnação, e não consegue por isso identificar a natureza específica da exploração colonial num contexto dinâmico.

O facto de o capital português ter empreendido um processo de consolidação não implica que não estivesse limitado nesse processo pelo seu próprio atraso relativo.

(7) Ver E. Mondlane, *The Struggle for Mozambique*, Penguin, 1969, p. 79.

sistia na venda de mão-de-obra contratada graças ao seu controlo político-administrativo da área respectiva, desapareceram no decurso deste processo de reestruturação.

No que respeita ao domínio do capital mineiro sul-africano sobre o Sul de Moçambique, a política de Salazar (ao contrário da de João Belo, seu predecessor como Ministro das Colónias) pareceu estar em contradição com o alardeado objectivo de estabelecer novas relações entre Portugal e a colónia. Na realidade, foi assinada em 1928 uma nova convenção com a África do Sul que prolongava a integração já estabelecida de Moçambique no subsistema da África Austral através do elo trabalho migratório - serviços de transporte. A um nível mais superficial, a razão desta política parece ter sido a insistência de Salazar de que cada colónia deveria ser auto-suficiente no aspecto financeiro — tanto em termos de necessidades orçamentais como de balança de pagamentos. Obviamente que, para Moçambique, a ligação com a África do Sul constituía a principal fonte de rendimento do Governo e da balança de pagamentos. Mais ainda, um novo elemento da convenção de 1928 foi que o sistema de pagamento diferido se tornava obrigatório, assegurando assim a entrada em Moçambique, sob a forma de divisas estrangeiras, de parte significativa da conta salarial dos mineiros⁽⁸⁾. A razão subjacente a esta política de equilíbrio orçamental e financeiro que Salazar aplicou severamente tanto em Portugal como nas colónias, era que a burguesia portuguesa era substancialmente subdesenvolvida, necessitando portanto de uma concentração máxima de recursos investíveis que permitissem o seu desenvolvimento. Uma política de austeridade financeira no país, bem assim como a exigência de auto-suficiência financeira para as colónias, exprimiam portanto as necessidades objectivas da burguesia portuguesa. No caso de Moçambique, isto significou que os interesses da burguesia dos colonos e pequena-burguesia (que se encontravam severamente limitadas em termos de desenvolvimento devido à concorrência por mão-de-obra por parte do capital mineiro) tiveram de se subordinar

(8) A argumentação baseia-se no estudo de — *The Mozambican Miner*, op. cit.

às necessidades de acumulação da burguesia portuguesa. Politicamente, isto implicou que Salazar centralizasse todo o poder sobre as colónias nas mãos do Estado português e não permitisse qualquer forma de governo autónomo — por limitada que fosse — por parte das classes dos colonos ⁽⁹⁾.

Portanto, devido às suas próprias limitações, a burguesia portuguesa não pode permitir-se a preservar a colónia apenas para sua utilização **exclusiva**. Teve antes de se **acomodar** ao domínio já existente de outros capitais que operavam na colónia: em particular o capital mineiro no Sul e a economia de plantações no Centro. Economicamente, em concorrência com formas de capital mais poderosas e mais estabelecidas, a burguesia portuguesa, bem assim como a burguesia dos colonos, só podiam assegurar a sua posição através da **expansão, racionalização e institucionalização** do sistema de trabalho forçado: e isto quer através da venda forçada de força de trabalho, quer através do cultivo forçado de culturas de rendimento. A especificidade do colonialismo português não consiste tanto no facto de Portugal ter prosseguido a prática do trabalho forçado através de formas abertas ou camufladas até virtualmente ao fim da sua dominação colonial, mas antes no facto dessa prática ter sido intensificada, alargada e institucionalizada durante o regime de Salazar. Ela constituiu portanto a base das **novas relações** entre Portugal e as suas colónias, condicionada pela acumulação de capital em Portugal. Assim, o princípio do trabalho forçado estava já implícito no Acto Colonial de 1930. A sua concretização iniciou-se no mesmo ano com a imposição do cultivo forçado do algodão. Com o desenvolvimento dos aparelhos repressivos e administrativos do Estado a prática do trabalho forçado tornou-se cada vez mais rigorosamente imposta, como por exemplo através da circular governamental de 5 de Maio de 1947, que obrigava todos os indígenas a trabalhar seis meses por ano para o Governo, para uma companhia ou para um particular ⁽¹⁰⁾.

O aparelho repressivo do Estado tornou-se por-

(9) Para uma análise do papel das classes dos colonos e suas contradições com o capital mineiro, ver Luís de Brito, *Algumas notas a propósito da história contemporânea de Moçambique*, Maputo, 1978, mimeo.

(10) E. Mondlane, op. cit., cap. 4

tanto o instrumento para instituir um sistema de acumulação de capital assente na extracção de **mais-valia absoluta**: quer directamente, através da venda forçada de força de trabalho, quer indirectamente, através do cultivo forçado de culturas de rendimento.

«em troca de produtos manufacturados»

Portugal continuou a ser a principal fonte de importações de Moçambique até princípios dos anos 1960. A colónia constituía um mercado para as indústrias transformadoras de Portugal — um mercado que ainda se expandiu mais sob o impulso de uma comunidade colona que aumentou rapidamente. O desenvolvimento industrial na colónia manteve-se portanto principalmente orientado para a exportação: i.e. o processamento de matérias-primas para exportação. No seu desenvolvimento, revelou as alterações nos padrões de exportação condicionados pelo desenvolvimento da indústria em Portugal. Assim, o **descarçamento do algodão** tornou-se o principal ramo industrial nos anos 1950.

No entanto, isto não implicou que não se tivesse verificado o aparecimento de indústrias viradas para a satisfação do mercado **interno**. Muito pelo contrário, durante o período 1945-1960 assistiu-se a uma expansão relativamente rápida de determinadas indústrias viradas para o mercado local, e isto por duas razões:

1. A comunidade colona em expansão não podia ser totalmente absorvida pela agricultura e — portanto — o desenvolvimento da indústria fornecia uma saída para absorver parte do influxo de colonos;

2. Mais importante ainda, as indústrias viradas para o mercado interno que surgiram **nunca foram directamente competitivas** com os **principais ramos de exportação** de Portugal (têxteis de algodão, sardinhas, vinhos, cortiça e volfrâmio), ou com os seus **ramos de substituição de importações** destinados a servir o mercado de Portugal e das suas colónias. Indústrias de processamento como as de alimentos, sabões, cimentos, etc., que se desenvolveram neste período responderam portanto a um crescente mercado provocado pela imigração de colonos e baseavam-se principalmente em matérias-primas locais.

«para instalar cidadãos portugueses nas colónias»

O «problema» de sobrepopulação de Portugal resultava do facto do desenvolvimento da indústria nunca ter conseguido absorver o **fluxo** de camponeses arruinados **para as cidades** que levou às **altas taxas de emigração** legal ou não-legal do país. Evidentemente que este problema de sobrepopulação relativa e o **fluxo campo-cidade** que o mesmo determinou foi condicionado pelas relações sociais de produção prevalentes em Portugal no campo e que se caracterizavam pelo domínio dos latifundiários. A **Reforma Agrária** no entanto estava fora de questão dado que essa classe de senhores de terras fazia parte do «bloco no poder» em que se apoiava o regime fascista.

A emigração daquele campesinato proletarizado para a França, Europa Ocidental em geral, Brasil, etc., era indesejável sob o ponto de vista do regime. O empenho activo do regime para canalizar o fluxo da emigração para as colónias — especialmente a partir de fins dos anos 1940 e princípios dos 1950 — baseava-se nas seguintes premissas:

(1) Manter o colono dentro da **jurisdição** de Portugal, contribuindo para o **rendimento nacional** e disponível para o **serviço militar** ⁽¹¹⁾.

(2) Transformar uma força revolucionária em potência — um campesinato proletarizado — numa **pequena-burguesia colonial** e/ou **aristocracia operária**, e portanto numa força **reacionária** que, tendo em vista os seus próprios interesses materiais, fortaleceria a base de apoio do regime.

(3) Finalmente, e mais importante ainda, as crescentes pressões internacionais a favor da **descolonização**, iniciadas após a II Guerra Mundial, obrigaram o regime fascista a adoptar uma política de incorporação das colónias como **províncias ultramarinas** de Portugal, negando assim formalmente a existência de uma questão «colonial». O estabelecimento de cidadãos portu-
gue-

(11) E. Mondlane, *op cit.*, pág. 78.

ses nas «provincias» foi uma resultante lógica daquela política.

O regime começou assim a seguir uma política activa de emigração dos cidadãos portugueses para as colónias no período do pós-Guerra, com particular incidência nos anos 1950, como se pode constatar no seguinte quadro de taxas médias anuais de crescimento da comunidade dos colonos brancos em Moçambique:

	1920 — 40	1940 — 50	1950 — 60	1960 — 70
Taxa de crescimento população colona(%)	4,5%	5,8%	7,3%	5,7%+

+ estimativa

A promoção deste esforço de emigração tomou diversas formas que foram desde o **subsídio** de passagem aos **esquemas de colonatos** que deram origem a uma **pequena-burguesia agrária colonial** (e.g. o colonato do Limpopo) graças a enormes investimentos financiados pelo Estado em infra-estruturas na irrigação, etc.

Foi portanto principalmente no período do pós-Guerra que a produção agrícola dos colonos se expandiu rapidamente, e foi orientada em especial para a produção de produtos alimentícios para as cidades em crescimento. Estas herdades situavam-se principalmente na região Sul (vales do Limpopo e Incomáti) e transformaram-se na base agrária que sustentou o mercado interno da comunidade dos colonos.

1960-1963/64 - 1973: CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL

Em fins dos anos cinquenta a base económica do Salazarismo foi alvo de crescentes ataques:

(1) A onda de descolonização em África em resultado do desenvolvimento dos movimentos nacionalistas (e, em

especial, dos que levavam a efeito a luta armada: Argélia e Quénia), e da resposta neocolonialista dos países imperialistas, fez aumentar a **pressão internacional** sobre Portugal no sentido deste **descolonizar**.

(2) O pedido de Portugal para ser membro da OIT obrigou-o a comprometer-se formalmente a **abolir o trabalho forçado**.

(3) Finalmente, e mais importante ainda, a partir de princípios dos anos 1960 a ascensão dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas e o início da luta armada em Angola, em 1961, tornaram-se numa força irresistível a favor da transformação.

A resposta do regime foi de «**transformar o indígena em cidadão**» e de «**abolir legalmente o trabalho forçado e o cultivo forçado de culturas**» (ambas em 1961). Embora estas alterações se destinassem em larga medida a ser alterações **formais** e não alterações em **substância**, o avanço da luta obrigou o regime a recuar: i.e. implicou também uma **alteração no próprio sistema de exploração capitalista**. O período 1960-63/64 reflectiu esta **incerteza** por parte do capital que se encontrava na colónia, e coincidiu com a crise criada por «Sharpeville» na África do Sul, e com a crise criada pelo termo da Federação na Rodésia. Neste período baixou a produção das principais culturas de exportação (em especial açúcar, algodão, etc.) bem assim como a produção industrial. O capitalismo colonial estava nitidamente numa situação de crise devido ao facto de estarem a ser ameaçadas as próprias raízes do seu sistema de exploração.

Como vimos, os principais sectores do sistema colonial de produção baseavam-se na disponibilidade de mão-de-obra **barata** através da aplicação generalizada do trabalho **forçado** e do cultivo **forçado**. No entanto, este tipo de mão-de-obra barata era também mão-de-obra **muito pouco produtiva**. Assim, era um sistema de mão-de-obra barata no sentido de que **pouco era pago** ao produtor directo em troca do seu trabalho, e **não** no sentido de que tal **mão-de-obra fosse altamente produtiva e portanto implicasse um baixo custo de trabalho por unidade produzida**. De facto, o sistema de trabalho/cultivo forçado implicava um nível bastante rudimentar das forças produtivas, e assim os custos do trabalho eram relativamente elevados em relação à produção mesmo que os salários fossem muito baixos porque a produtividade também era baixa.

A abolição do trabalho/cultivo forçado e as crescentes limitações que isso impôs à **barateza** da mão-de-obra signifi-

caram que a base económica do anterior sistema de acumulação de capital assente na extracção de mais-valia **absoluta** estava a ser corroída. O capital — portanto — foi obrigado a modernizar-se: i.e. a adoptar tecnologias mais mecanizadas que permitissem uma maior produtividade do trabalhador.

Durante o período 1964-73 assistiu-se a este processo de **reestruturação do capital**.

(1) Este processo desenrolou-se no interior dos antigos sectores de **exportação** através, por exemplo, da mecanização da produção de açúcar nos anos 1960 e da viragem da produção camponesa de algodão para a produção de algodão pelos colonos.

(2) Manifestou-se também com o aparecimento de **novos** sectores na Indústria através do rápido desenvolvimento de **Indústrias de substituição de importações**. Estas, devido à sua intensidade de capital e ainda à protecção de que gozavam em termos de tarifas e restrição de importações já não se apoiavam em **mão-de-obra barata**. Empreendimentos de prestígio, como o da Barragem de Cahora-Bassa, são outra manifestação desta nova tendência.

O capital português não tinha nitidamente alcançado um nível de desenvolvimento suficiente que lhe permitisse **modernizar** a produção. Ele tinha antes — no que respeita a **tecnologia** e «**know-how**» — de contar com o capital estrangeiro (não-português) para realizar os necessários investimentos, mesmo que estes fossem efectuados no **âmbito de empreendimentos conjuntos**, contribuindo o capital português com parte das **finanças**.

Assim, a política de «portas-abertas» aos países imperialistas para convidar o capital estrangeiro a investir nas colónias não foi **meramente** uma necessidade **política** para assegurar o apoio daquele na guerra contra os movimentos de libertação nacional, como foi também uma necessidade **económica** perante a própria incapacidade do capital português em **modernizar** a base produtiva.